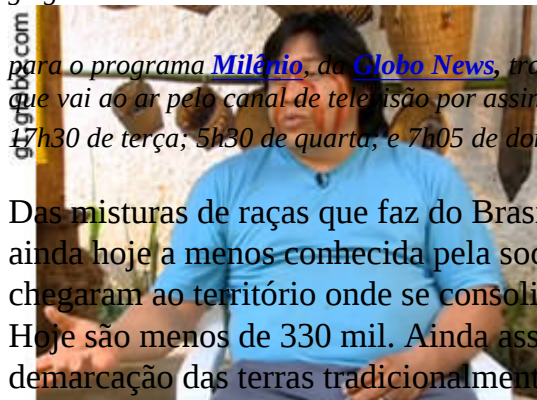


Ideias do Milênio: Daniel Munduruku, escritor e professor indígena

g1.globo.com



educador indígena **Daniel Munduruku** à jornalista **Elizabeth Carvalho** para o programa **Milênio**, do **Globo News**, transmitido em agosto em 11 de julho. O **Milênio** é um programa de entrevistas, que vai ao ar pelo canal de televisão por assinatura **Globo News** às 23h30 de segunda-feira, com repetições às 3h30, 11h30 e 17h30 de terça; 5h30 de quarta; e 7h05 de domingo. **Leia, a seguir, a transcrição da entrevista:**

Das misturas de raças que faz do Brasil uma nação sem similares no mundo, a nossa porção indígena é ainda hoje a menos conhecida pela sociedade como um todo. Sabemos que quando os europeus chegaram ao território onde se consolidariam depois as fronteiras brasileiras, eles eram cinco milhões. Hoje são menos de 330 mil. Ainda assim é uma população em recuperação demográfica. O processo de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos grupos indígenas mesmo que ainda não concluído; a extensão dos serviços públicos de assistência; a força crescente de um movimento de identidade comum a quase 250 etnias que teimam em sobreviver em pleno século XXI, tudo isso vem mudando esse quadro espanando a nossa ignorância. Preconceitos históricos estão caindo por terra. Aos poucos vamos entendendo melhor a nossa pluralidade e reconstruindo a tão mal contada História do Brasil. O índio paraense Daniel Munduruku é um grande artífice deste processo. É um índio doutor. Esudou Filosofia, Psicologia e Antropologia antes de concluir o doutorado em Educação pela USP e optar pelo caminho mais espinhoso da transmissão de seu conhecimento: ensinar os brasileiros brancos a entenderem os brasileiro índios. Autor premiado de 40 livros infantis, Munduruku nos recebeu num sítio deslumbrante em Itapeceirica da Serra onde costuma passar as manhãs com crianças das escolas públicas de São Paulo para que descubram um Brasil novo, que vai aos poucos amadurecendo como nação.

Elizabeth Carvalho — Eu vou começar perguntando sobre essa pintura que você está usando hoje. Essa pintura tem um significado?

Daniel Munduruku — Essa pintura a gente faz quando a criança chega para ela perceber que está chegando num lugar diferente. É uma pintura de festa, de encontro. Quando a gente vai encontrar a pessoa, a gente faz essa pintura justamente para ela perceber que é uma externalização daquilo que a gente está sentindo dentro da gente. Isso funciona nas sociedades indígenas em geral para momentos de festa, momento de luto, momento de conflito. O corpo comunica...

Elizabeth Carvalho — A expressão da emoção através do corpo.

Daniel Munduruku — Exatamente.

Elizabeth Carvalho — Eu pertencço a uma geração que aprendeu na escola que a História do Brasil começa com o descobrimento, com a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral no Brasil e que o principal evento que marca esse descobrimento é uma grande missa rezada na presença de um povo primitivo, pouco afeito ao trabalho e que tem um grande herói, que nos foi ensinado, que é Caramuru que lutou junto aos portugueses durante a invasão francesa. A gente pode considerar essa visão uma visão ultrapassada?

Daniel Munduruku — Nós estamos em um processo de mudança, de uma revisão da historiografia brasileira. Você foi educada assim, eu também fui ensinado assim. Eu fui ensinado inclusive a não gostar



de ser índio, porque o índio era visto como um empecilho.

Elizabeth Carvalho — Em escola de branco.

Daniel Munduruku — Em escola de branco. Empecilho pra sociedade brasileira, alguém que não tinha traquejo para o trabalho, que era preguiçoso portanto, que atrapalhava o progresso porque habitava um território muito grande e não sabia o que fazer com aquele território. E eu também fui educado assim e cheguei mesmo a não querer ser esse índio. Isso se reproduzia naquilo que hoje as pessoas estão chamando de *bullying* e que nós indígenas na escola sofriamos o tempo inteiro, porque nós não éramos iguais aos alunos da cidade. Nós vínhamos de uma outra realidade e isso fazia com que as pessoas criassem uma antipatia muito grande pela gente. Era necessário que a gente se tornasse outra coisa, outra pessoa. Então a gente negava efetivamente toda essa nossa tradição, essa nossa identidade para nos igualarmos àqueles que se diziam civilizados porque assim era uma forma de a gente ser aceita dentro da sociedade brasileira. E isso eu aprendi na escola. Foi a escola que ensinou isso. Pela minha aldeia eu não aprendia que o branco era ruim. Eu não aprendia que eu tinha que desrespeitar o outro. Mas eu diria que muitos professores, e era isso que eu queria dizer no final das contas, muitos professores que foram formados como você e eu, continuam repetindo a velha história, porque acham que foi daquele jeito, acreditam piamente nisso. Mas hoje em dia os novos historiadores, as pessoas que estão se qualificando agora para serem professores em escolas já vêm com uma outra visão. Eles já vêm com essa revisão da historiografia, já vêm ajudando a criança, o jovem a questionar essa mentalidade: de que o Brasil começa a partir de 1500. Na verdade, o nome, a palavra Brasil começa sim, mas não a Terra Brasil. A Terra Brasil já tinha outros 5 mil anos que era habitada, tinha toda uma história. Isso não interessava a quem escrevia a história que era sempre contada a partir da ótica do vencedor, do conquistador. Essa revisão que está sendo feita procura também dar voz àqueles que fizeram essa história: os indígenas, os negros, enfim, os imigrantes depois.

Elizabeth Carvalho — Você reconhece uma mudança grande nas políticas públicas nesses últimos anos?

Daniel Munduruku — Há uma preocupação. Existem agora leis. Desde 2003 tem a lei que obriga trabalhar o conhecimento da África, a cultura africana nas escolas públicas e particulares. E desde 2008 existe uma lei também que obriga as escolas a trabalhar a temática indígena em sala de aula. Isso ainda está em processo, porque também tem todo um tempo para que o professor se acostume com a ideia de que ele precisa incluir os indígenas nos conteúdos. Para isso ele precisa se preparar. E foi se aprendendo durante esses 20 anos de abertura política que era necessário incluir todos os grupos no contexto da escola, no contexto da educação para que o Brasil realmente seja um país democrático. Até então ele é apenas um ensaio.

Elizabeth Carvalho — Você falou ainda há pouco sobre a sua experiência em uma escola branca, sobre a discriminação que você passou, o problema de ser observado como uma pessoa diferente. Eu queria te pedir um confronto entre duas ideias ainda muito presentes na visão brasileira da questão indígena: uma é a da assimilação, ou seja, de que o índio tem que ser um igual, um cidadão brasileiro, um homem normal; e a outra é a visão do mito, do índio puro, se o índio se misturar deixa de ser índio, e portanto precisa ser preservado na sua pureza. Como é que os povos indígenas devem de fato serem reconhecidos na pluralidade brasileira.

Daniel Munduruku — O que eu penso é que os indígenas querem, sim, estar dentro do Brasil, querem



contribuir com o Brasil.

Elizabeth Carvalho — Querem ter seu celular, querem ter seu computador, querem estudar.

Daniel Munduruku — Querem ter tudo isso, querem fazer parte de todo esse processo tecnológico e tudo mais, querem contribuir com seu conhecimento para o crescimento do Brasil, mas, mesmo tendo tudo isso, não querem deixar de ser o que são. Querem ser tratados como povos diferenciados, como povos que têm direito a manter a sua língua, a sua cultura, a sua espiritualidade, a sua economia, enfim, ter uma autonomia que lhes permita permanecerem indígenas, que lhes permita manter seu modo tradicional de educar seus filhos, tendo direito de participar, sim, da vida social brasileira, tendo direito de ir para a universidade, tendo direito de ter seu carro, de poder acessar a internet. Eu não vejo nenhum problema com relação a isso. O mais importante para garantir a continuidade desses povos é o Brasil, enquanto instituição, promover a conscientização dos próprios indígenas para isso, de que os indígenas podem fazer parte de toda a história brasileira sem querer abrir mão ou sem ter que abrir mão de sua identidade.

Elizabeth Carvalho — Das suas tradições.

Daniel Munduruku — Das suas tradições.

Elizabeth Carvalho — Entre essas tradições, talvez a mais importante seja a tradição da história oral. Essa é uma tradição que tende a desaparecer?

Daniel Munduruku — Na verdade, a cultura se transforma. Nenhuma cultura é pura, nenhuma cultura é absolutamente sem influência de outros povos, de qualquer coisa. A cultura é dinâmica. O que eu acho que os indígenas de hoje fazem é uma atualização. Eles vão criar formas de mostrar que a oralidade é fundamental juntamente com todas as outras maneiras de oralidade. A televisão também é oralidade, só que ela está aliada com imagem.

Elizabeth Carvalho — Já a internet nem sempre.

Daniel Munduruku — A internet nem sempre, mas muitos indígenas estão dominando a técnica do vídeo, de fazer filme. E fazer filme dos velhos contando histórias. Então de uma certa maneira a televisão acaba se adaptando, sendo adaptada a esse processo de educação. E esses jovens, que depois serão os velhos das crianças, precisam adaptar esse método educativo milenar para uma linguagem nova, para que não se perca nem a oralidade antiga porque a oralidade não é só fala. Oralidade é dança, oralidade é canto, oralidade é o sonho, tudo isso é uma coisa só.

Elizabeth Carvalho — O século XXI viu emergir um movimento muito forte de afirmação indígena na América Latina. A CAOÍ, por exemplo, que é a Coordenação Andina de Organizações Indígenas, congrega indígenas de diferentes etnias de cinco países diferentes. Pode-se dizer que houve um avanço semelhante no movimento indígena brasileiro?

Daniel Munduruku — Até a década de 1970 havia muito essa ideia do índio preocupado com a sua própria comunidade. Só a partir da década de 1970 é que os indígenas começaram a perceber que havia outros povos. Até então eles só conheciam os povos vizinhos, muito próximos, amigos ou inimigos às vezes, mas não tinham a noção, a dimensão de que quem vivia lá no norte tinha um parente indígena no sul do Brasil. Foi o movimento indígena que começou a organizar, essa visão pan-indígena. Muito disso graças à atuação de líderes como Ailton Krenak, Miton Terena, Mario Juruna, entre outros.

**Elizabeth Carvalho — Raoni também?**

Daniel Munduruku — Raoni. Que deu essa visão mesmo pan-indígena pro Brasil e isso fez com que os chefes se reunissem, os pajés se reunissem em alguns cantos por aí e comesçassem a dividir seu conhecimento e suas preocupações, suas demandas. Quando o movimento surgiu, já não era mais a preocupação com um povo específico, era com os povos indígenas do Brasil como um todo. E aí teve a experiência da UNI, União das Nações Indígenas, que foi quem protagonizou toda uma transformação desse olhar do Brasil.

Elizabeth Carvalho — Nos anos 70.

Daniel Munduruku — 70, 80. A UNI surgiu em 82 quando um grupo de estudantes de diferentes povos, diferentes regiões resolveu criar um time de futebol chamado União das Nações Indígenas. Isso não foi muito bem visto pelos militares da época e começaram a querer desfazer aquele grupo, que nem era um grupo político, era um grupo recreativo.

Elizabeth Carvalho — Em que região?

Daniel Munduruku — Em Brasília. Claro, ali no centro do poder. E esse grupo resolveu peitar aqueles que queriam desfazer. E aí criaram um movimento organizado, começaram a discutir, começaram a atinar para todas essas questões políticas e a partir daí esse grupo foi voltando para as suas comunidades e criando toda uma série de eventos, reuniões e assembléias que culminaram na criação da UNI, do movimento indígena político e disseminou com isso uma série de ações junto com a sociedade civil organizada aqui no Brasil. Junto com trabalhadores, junto com sindicatos, junto com as igrejas, com a Ordem dos Advogados, universidades, foi criando toda uma série de ações lutando pelos direitos dos povos indígenas que naquela ocasião era sobretudo o direito à terra. E aí esses grupos passaram a crescer bastante e criaram mesmo toda essa movimentação que culminou com a aprovação do capítulo 232 da Constituição Federal que deu ao indígena uma visibilidade muito maior dentro da sociedade brasileira. E hoje existem milhares de organizações indígenas espalhadas pelo Brasil, as ONGs indígenas e que fazem trabalho dentro das suas comunidades e que procuram, na verdade, ser capitaneadas por outras organizações, outras confederações como a Coiab no norte do Brasil, que é a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, como é a Apib, que é a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que busca articular mesmo as instituições para que as demandas sejam trazidas como um bloco.

Elizabeth Carvalho — Mas no Brasil são 250 povos e 180 línguas. Isso não dificulta muito essa visão do conjunto, essa capacidade de organização.

Daniel Munduruku — Há uma dificuldade real por conta da questão geográfica, da questão lingüística e das questões culturais e que batem frontalmente com as questões políticas, porque cada povo, cada grupo é um grupo autônomo. O povo Munduruku é um povo autônomo, o povo Kayapó é um povo autônomo. Então não dá simplesmente pra juntar o povo Munduruku, Kayapó, Caingangue, Guarani e achar que dali vai sair um consenso. Não dá. Não dá para fazer política pública para índio no Brasil. Não dá para ter uma organização que fale para o índio. Cada povo é um povo e cada povo sempre tem que ser tratado de uma maneira específica e especial. Isso não significa que o Munduruku não consiga se reunir com o Kayapó, com o Caingangue ou com qualquer outro povo. O bem viver, como se fala, está presente na filosofia dos povos indígenas.



Elizabeth Carvalho — Todos?

Daniel Munduruku — Todos. Agora, cada um desses povos tem a sua maneira, a sua didática, o seu modelo pedagógico para fazer isso nos seus membros. E se isso vai depois escorrer um pouco pra sociedade brasileira, é a própria sociedade brasileira que precisa fazer um esforço para compreender essa diversidade. Esses 250 povos estão fazendo um esforço grande para compreender o Brasil. E alguns correndo o risco de perder a própria identidade para poder compreender, aceitar e se envolver com o Brasil. O Brasil faz muito pouco esforço, embora seja um país muito mais rico, muito mais poderoso, de entender a diversidade que ele mesmo tem. Então o ideal é que o Brasil se esforce, sim, crie políticas para que esses povos possam se manter como povos, como cultura diferenciadas e possam contribuir a partir das suas diferenças pro Brasil. Caso contrário, o Brasil vai entrar numa preguiça cultural que às vezes é até dita que os indígenas tem, mas na verdade quem tem o risco da preguiça é o próprio Brasil que não tem aceito essas diferenças todas.

Elizabeth Carvalho — A política de cotas funcionou pras comunidades indígenas?

Daniel Munduruku — Eu sou favorável às políticas de cotas. É uma política afirmativa necessária. Os indígenas não teriam outras oportunidades, ou pelo menos muitos deles não teriam oportunidade de estudar não fosse a política afirmativa. Agora, o resultado efetivo dela a gente não vai poder medir assim de imediato. Eu creio que muitos jovens estão aproveitando a oportunidade para se enriquecerem culturalmente e com a expectativa de voltarem a seus povos e darem uma contribuição. Obviamente que não dá para saber o que alguém formado em Filosofia com o pensamento ocidental vai poder contribuir dentro da sua comunidade. Inclusive é isso que faz a educação indígena ou educação para os indígenas, como ela tem sido aplicada dentro das comunidades. Ela cria uma classe social diferente. O professor indígena passa a ser uma pessoa privilegiada na comunidade.

Date Created

29/07/2011